Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul
GAB. CONS. JERSON DOMINGOS

DECISÃO SINGULAR DSG - G.JD - 8844/2018

PROCESSO TC/MS	: TC/14535/2016
PROTOCOLO	: 1702605
ÓRGÃO	: PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO SUL
ORDENADOR DE DESPESAS	: LUIZ FELIPE BARRETO DE MAGALHAES
CARGO DO ORDENADOR	: EX-PREFEITO MUNICIPAL
TIPO DE PROCESSO	: CONTRATO ADMINISTRATIVO
VALOR	: R$ 80.410,71
RELATOR (A)	: Cons. JERSON DOMINGOS

Versam os autos sobre o Instrumento Contratual (Contrato nº 102/2016), oriundo do Pregão Presencial nº 19/2016, celebrado entre o Município de Chapadão do Sul e a empresa Practica Produtos e Serviços de Limpeza Ltda. EPP, cujo objeto é aquisição de materiais de limpeza, higiene pessoal e produtos descartáveis (sabão em pó, detergente, papel higiênico, copo descartável e etc), em atendimento às Secretarias Municipais de Chapadão do Sul.

O procedimento licitatório que originou o instrumento contratual em análise, já foi julgado por esta Corte de Contas através da Decisão Singular DSG – G.JD - 2448/2017, constante no processo TC/MS-14532/2016 (Protocolo 1702602), cujo resultado foi pela sua **regularidade.**

A 3ª Inspetoria de Controle Externo após proceder à análise (ANA-3ICE - 13997/2018), concluiu pela regularidade do Instrumento Contratual (Contrato nº 102/2016) e da execução financeira (2ª e 3ª fases).

Ao depois, o Ministério Público de Contas prolatou o Parecer “PAR-3ª PRC-15192/2018”, opinando pela legalidade e regularidade da formalização do Instrumento Contratual e dos atos praticados no decorrer da execução contratual (2ª e 3ª fases).

É o relatório.

A princípio, cumpre esclarecer que o presente exame recai sobre a formalização e execução financeira do Instrumento Contratual, 2ª e 3ª fases, de que trata o artigo120, incisos II e III do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa TC/MS nº 76, de 11 de dezembro de 2013.

No que concerne à formalização do instrumento contratual (Contrato nº 102/2016), verifica-se que o mesmo encontra-se correto, devidamente **formalizado**

e elaborado em conformidade com os requisitos estabelecidos na Lei n. 8.666/93 e alterações e na Instrução Normativa TCE/MS n. 35/2011, dispondo suas cláusulas com clareza quanto ao prazo de vigência, objeto, obrigações e direitos.

No que tange à execução financeira, as etapas foram realizadas de acordo com as disposições contidas nos artigos 62 usque 65 da Lei 4.320/64.

Quanto à documentação comprobatória dos atos executórios, apresentou-se da seguinte forma:

Especificação	Valor R$
Valor da contratação	80.410,71
Empenhos Emitidos	80.410,71
Anulação de Empenhos	(-) 45.411,81
Empenhos Válidos	**34.998,90**
Comprovantes Fiscais	**34.998,90**
Pagamentos	**34.998,90**

Ante o exposto, considerando a Análise elaborada pelo Corpo Técnico da 3ª Inspetoria de Controle Externo, e acolhendo o r. Parecer exarado pelo douto Ministério Público de Contas, **DECIDO**:

I – pela **REGULARIDADE** da formalização do instrumento contratual (Contrato nº 102/2016), oriundo do Pregão Presencial nº 19/2016, celebrado entre o Município de Chapadão do Sul e a empresa Practica Produtos e Serviços de Limpeza Ltda. EPP, nos termos do artigo 59 I, da Lei Complementar n. 160/2012 c/c artigo 120, II, da Resolução Normativa n. 76/2013;

II – pela **REGULARIDADE** da execução financeira contratual, nos termos do art. 59, I da Lei Complementar nº 160/2012 c/c o art. 120, III da Resolução Normativa TC/MS nº 076/2013;

III - pela **COMUNICAÇÃO** do resultado desta Decisão aos interessados, nos termos do art. 50 da Lei Complementar nº 160/2012 c/c o art. 70, §2º, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013.

Campo Grande/MS, 18 de setembro de 2018.

Jerson Domingos
Conselheiro Relator

GDH